

## Políticas Públicas para a Cultura em Municípios de Médio Porte

Marcelo Darlan Herpich<sup>1</sup>

**Resumo:** Somente em 1985 com a criação do Ministério da Cultura o setor cultural passou a ser um órgão independente. Atualmente, o setor cultural no Brasil não implantou políticas que pudessem sistematizar a gestão, proporcionando ações em rede entre os três entes federativos, e garantir sua permanência por transcendentais governos. Essas não foram aprovadas em todas as instâncias, como se pode citar, o caso do Plano Nacional de Cultura, do Sistema Nacional de Cultura e da PEC 150. Analisaram-se características da cultura na literatura específica e das políticas públicas culturais no Brasil e em Santa Catarina e, posteriormente, utilizaram-se os dados obtidos, para observar mais de perto uma situação real como foco. Nesse sentido, este estudo tem por objetivo investigar a relevância da política cultural para o desenvolvimento do município de Concórdia (SC). O trabalho se inscreve na pesquisa qualitativa do tipo descritiva, por meio de um estudo de caso. Para a coleta de dados foram realizadas 29 entrevistas semi-estruturadas, dirigidas às pessoas que atuam ou são influentes no setor cultural em Concórdia, da área pública, privada e dos próprios grupos culturais e artistas locais. Apontam-se diversos conceitos de cultura, características da gestão pública na área cultural e, principalmente, a relevância da cultura para o desenvolvimento sócio-econômico da população. Revela-se, também, a importância da cultura em nível municipal, pois é a instância que atua com as particularidades das manifestações culturais locais, enriquecendo a diversidade cultural brasileira. É na esfera municipal que a gestão pública da cultura encontra-se mais deficiente no Brasil.

Palavras-chave: Cultura. Políticas Públicas. Municípios.

### 1 INTRODUÇÃO

A cultura abrange a rotina dos cidadãos, seus hábitos e costumes, podendo influenciar diversos aspectos de um povo. Ela se modifica e acompanha a tendência da globalização, mas a diversidade cultural de uma nação encontra-se nas mais variadas manifestações culturais dos territórios locais. A imensa diversidade cultural brasileira não proporcionou que a gestão cultural do poder público fosse estruturada nacionalmente. Ainda hoje muitos municípios não têm órgãos exclusivos para gerenciar a cultura e, quando os tem, apresentam um quadro em que a descontinuidade, ineficiência administrativa, poucos conhecimentos específicos ou, ainda, desinteresse geral do governo pela causa cultural são desfavoráveis à amplitude com que a cultura mereceria ser tratada.

---

<sup>1</sup> Marcelo Darlan Herpich, pós-graduando de Administração Pública. UNOESC. Joaçaba. Santa Catarina.

Não há medidas exatas para determinar a qualidade das ações executadas. Como tudo gira em torno da cultura, incentivar os bons hábitos culturais entre um povo pode ser fator determinante para o seu desenvolvimento social e econômico.

Este projeto busca investigar a importância de uma política cultural para o desenvolvimento dos municípios, analisando as diretrizes centrais do Ministério da Cultura e suas aplicabilidades em municípios de médio porte. A questão central que norteou a investigação é: qual é a relevância de uma política cultural para o desenvolvimento de municípios de médio porte?

No debate contemporâneo acerca do desenvolvimento sustentável, uma corrente que tem sido fortalecida é a que apregoa a necessidade de que políticas públicas para o desenvolvimento de regiões tenham a participação efetiva do poder local e que contemplem a valorização da cultura local (SACHS, 2002). A identidade cultural de uma região proporciona aos seus habitantes um sentimento de pertencimento que fortalece os laços de solidariedade e harmonia social.

Pretendeu-se analisar as diretrizes do Plano Nacional de Cultura (PNC) e sua aplicabilidade em municípios de médio porte.

Este estudo foi estruturado em conformidade aos seus objetivos gerais e específicos. O objetivo geral consistiu em investigar a relevância de uma política cultural para o desenvolvimento do município de Concórdia (SC). Dentre os objetivos específicos destacam-se: a) proceder a um levantamento bibliográfico sobre o tema da cultura e das políticas culturais no Brasil e em Santa Catarina; b) proceder a um levantamento bibliográfico sobre a relação cultura/desenvolvimento; c) buscar documentos oficiais sobre as políticas de incentivo à cultura no Brasil; d) levantar propostas de desenvolvimento cultural relatadas pela literatura; e) realizar entrevistas com agentes culturais, gestores e cidadãos sobre a relevância de políticas culturais para o desenvolvimento dos municípios de médio porte.

O trabalho se insere no contexto da pesquisa qualitativa do tipo descritiva. Em relação ao método, optou-se pelo estudo de caso. De acordo com Yin (2001, p. 27) “o estudo de caso é a estratégia escolhida ao se examinarem acontecimentos contemporâneos” e afirma, ainda, que um estudo de caso é uma investigação empírica que observa um fenômeno dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos. A investigação do estudo de caso: a) enfrenta uma situação tecnicamente única em que haverá muito mais variáveis de interesse do que pontos de dados; b) baseia-se em várias fontes de evidências, com os dados precisando convergir em um

formato de triângulo; c) beneficia-se do desenvolvimento prévio de proposições teóricas para conduzir a coleta e a análise de dados (YIN, 2001).

O estudo de caso limitou-se ao município de Concórdia (SC) com a finalidade de observar mais de perto uma situação real como foco. Iniciou-se com uma pesquisa bibliográfica sobre o tema; sobre a Política Nacional de Cultura e demais documentos do Ministério da Cultura e seguiu-se com pesquisa nas Atas do Conselho Municipal de Cultura do município de Concórdia (SC), no Plano de Governo municipal vigente e por meio de entrevistas.

Foram realizadas 29 entrevistas semi-estruturadas, no período de Novembro de 2008 a Fevereiro de 2010, aplicando-se questionários dirigidos a agentes políticos e servidores públicos municipais e estaduais, gestores de grupos e entidades, todos relacionados à cultura no município de Concórdia. Para não expor os entrevistados, eles serão tratados neste estudo por E1, E2, E3 e assim por diante, até E29, e as respostas poderão ser verificadas no decorrer deste estudo.

Os dados coletados foram analisados à luz da teoria e das políticas públicas com a finalidade de responder ao objetivo central de pesquisa. Após a coleta de dados, a análise e a conclusão, foi elaborado relatório de pesquisa e artigo científico sobre o tema. Em síntese, realizou-se a pesquisa a partir dos seguintes passos: a) análise das políticas públicas para a cultura da cidade de Concórdia (SC); b) coleta de dados no município; c) análise do plano de governo proposto pela administração vigente; d) apontamento sobre as características dos movimentos culturais do município de Concórdia e verificação da compatibilidade de seus objetivos e metas em relação ao Plano Nacional de Cultura.

Mesmo que neste estudo optou-se pelo estudo de caso, segundo Misoczky (2004, p. 2), “[...] é bom recordar que a teoria é mais potente que a pesquisa empírica e que essa, na verdade, depende dos fundamentos teóricos”. Neste sentido, a revisão bibliográfica abordou os seguintes temas: políticas culturais, redes, desenvolvimento e cultura, gestores e grupos culturais e políticas públicas no Brasil e em Santa Catarina.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

## 2.1 Políticas Culturais

A cultura relaciona-se com diversos fatores que influenciam a vida da sociedade. A capacidade que os seres humanos têm de produzir bens que identificam seu modo de viver, se expressa “[...] por meio das diversas línguas, valores, crenças e práticas” (ASSOCIAÇÃO CULTURAL ALQUIMÍDIA, 2009, p. 1). Esses modos de viver são identificados na imensa diversidade cultural existente nos povos e, segundo Gruman (2008, p. 15), “[...] a diversidade cultural [...] é, para o gênero humano, tão necessária quanto a diversidade biológica para os organismos vivos [...]”. A partir de toda a diversidade, de toda a criação cultural, pode-se perceber que a cultura é ampla em seus conceitos e de extrema influência na vida das pessoas.

Verifica-se que a garantia dos direitos culturais é acima de tudo assegurada por meio dos princípios constitucionais. Analisando a Carta Magna, Barbosa da Silva (2007 p. 26), observa que “A Constituição de 1988, nos seus artigos 215 e 216 [...] estabeleceu que o Estado deveria garantir a todos o exercício dos direitos culturais e o acesso universal aos valores gerados”. Para que se possa oferecer à população o direito ao acesso a esses bens culturais, o Estado pode criar instituições, visando colocar à disposição da população espaços onde possam ser mantidos esses bens, cumprindo-se o papel de preservar a memória de um povo, de maneira que não se prive nenhum cidadão do direito de utilizar o que é disponibilizado à sociedade por meio do poder público (ASSOCIAÇÃO CULTURAL ALQUIMÍDIA, 2009, p. 7-8).

Uma sociedade que valoriza seus costumes e procura difundir elos de respeito entre as pessoas pode apresentar sinais de destaque entre outras sociedades, “[...] a competitividade de uma região [...] depende em grande parte do *capital social* gerado e mantido por ela” (ANDION, 2003, p. 1044) **grifo da autora**. Esses valores podem representar inúmeras vantagens na coletividade, como a exemplo na convivência harmoniosa em grupo, “[...] o capital social está relacionado à capacidade de uma determinada região de construir redes de reciprocidade e solidariedade cívica organizadas” (PUTNAM, 1993 *apud* ANDION, 2003, p. 1044-1045).

No aspecto regional as manifestações culturais apresentam-se tipicamente de acordo com as origens e os costumes do povo que habita a própria região, tendo a participação da sociedade local como protagonista de suas manifestações. “A escolha do indivíduo é por aquilo que lhe é mais próximo, por aquilo com o qual mais se identifica e pelo qual ele se dispõe não só a investir, mas também a lutar” (BOTELHO, 2001, p. 18-19).

Visando o fortalecimento das ações locais verifica-se a descentralização da cultura. Esse fortalecimento pode ser motivado na união de agentes envolvidos com as ações culturais. A identidade do cidadão no meio em que vive deve ser fomentada e repassada para todos e que todos tenham concepção da tamanha responsabilidade para com o meio em que vivem, no intuito de formar cidadãos conscientes de sua existência, pois “[...] as comunidades locais são vistas [...] como sujeitos ativos do processo de transformação da realidade em que vivem” (ANDION, 2003 p. 1045).

Sob esta ótica a participação social deve ser motivada entre os cidadãos, pois os resultados das políticas públicas são para o próprio cidadão, visando atender as reais necessidades da sociedade. No âmbito municipal, “[...] um dos objetivos traçados [...] é que a cidade deve planejar o seu futuro, incorporando todos os setores sociais, econômicos e políticos que a compõem, de forma a construir um compromisso entre cidadãos e governos na direção de um projeto que inclua todos” (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2004 *apud* FONTENELE, 2007, p. 2).

Ao definir política cultural Teixeira Coelho (1997) *apud* Fundação Getúlio Vargas (2010, p. 12) comenta que “[...] é um conjunto de iniciativas que visam a promover a produção, a distribuição e o uso da cultura; à preservação e à divulgação do patrimônio histórico; ao ordenamento do aparelho burocrático por elas responsável”. Para Barbosa da Silva (2007, p. 20) são “[...] políticas sistemáticas, institucionalizadas e com continuidade”.

Para que as políticas públicas sejam realmente públicas, deverá haver discussão e deliberação compartilhadas por meio do vínculo do Estado com a sociedade (informação verbal)<sup>2</sup>.

No âmbito das ações governamentais encontra-se com mais frequência a política de eventos. Essa, “[...] constitui-se em estímulo e condições materiais para ações. Em grande parte dos casos, são ações fragmentárias, desarticuladas, isoladas e sem muita continuidade”. Essas políticas preenchem espaços importantes, como os “[...] inúmeros festivais, concursos, prêmios e bolsas, que também cumprem o papel de consagração e valorização das obras produzidas” (BARBOSA DA SILVA, 2007, p. 19).

---

<sup>2</sup> Palestra do Seminário Permanente de Políticas Públicas 2009, ministrada pelo professor e pesquisador Albino Rubin. Disponível em: <<http://www.comcultura.com.br/videos/Flash%20MP3%20Player/index2.html>>. Acesso em 08 de abril de 2010.

Tão importante quanto entender os conceitos de política pública, considera-se importante os conceitos de projeto, ação e programa que de acordo com o Ministério da Cultura *apud* FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (2010, p. 53) tem as seguintes designações:

O projeto é um empreendimento planejado que consiste em um conjunto de ações inter-relacionadas para alcançar objetivos específicos, dentro dos limites de um orçamento e tempo delimitados. [...] Ação é uma realização de caráter pontual que concorre – em conjunto ou isoladamente – para o alcance de um objetivo específico. [...] Programa é o conjunto de projetos e ações articuladas, orientado para um objetivo de impacto abrangente. [...] Todo programa possui um tempo definido, ou seja, uma vida útil associada ao ciclo de sua duração e realização.

Norteando o papel do Estado e para que se torne possível a implantação e a execução das políticas públicas e dos projetos culturais, é imprescindível o financiamento dessas políticas. Ao gerenciar a insistente escassez de recursos, Salvo (2003, p. 71) defende “[...] a utilização mais eficiente dos recursos públicos. [...] o Estado deve buscar aplicá-los nas atividades nas quais se pode obter maior retorno financeiro para a sociedade, [...] aqueles cujo efeito multiplicador do investimento seja maior”.

Em assuntos que tratam sobre o investimento cultural, observa-se a relação entre o setor público e o privado. O setor público pode buscar tanto no micro ou no macro ambiente o desenvolvimento da atividade cultural, objetivando o aumento do consumo, a demanda e meios para que o setor cultural tenha condições de criar e ofertar suas produções. As empresas privadas ao investirem em cultura podem fazê-lo por meio do mecenato e do patrocínio. O mecenato caracteriza-se sendo “amparo, apoio financeiro”, já o patrocínio, caracteriza-se por ser o “[...] custeamento das atividades culturais com fins puramente publicitários e apoio condicionado por necessidades publicitárias [...]” (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2010, p. 35-37). “[...] o objetivo do mecenato é o grande público em seu conjunto, enquanto que o patrocínio, ainda que tenha uma audiência relativamente importante, persegue objetivos precisos e bem definidos” (CEGARRA, 1986, *apud* FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2010, p. 37).

O setor privado tem interesse no investimento no setor cultural, sobretudo quando esse investimento proporciona retorno através das campanhas de *marketing* cultural. Porém, o setor privado tem importante papel e caso o cumpra, pode garantir economia na produção e distribuição e fazer com que os preços destes bens culturais se tornem mais acessíveis, contribuindo para o aumento da demanda (SALVO, 2003, p. 70-73).

Há diferenças entre o conceito de *marketing* cultural e o *marketing* das empresas no sentido de promover a imagem perante os clientes, ou ainda promover um produto específico. O intuito do *marketing* feito pelas empresas, no sentido de promover a própria empresa ou algum produto por ela produzido, utilizando-se de produtos culturais é tratado segundo Penteadó (1990, *apud* FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2010, p. 44), como a apropriação pela empresa “[...] que utiliza elementos culturais como veículo de divulgação [...] subvenciona eventos artísticos e culturais como suporte da própria imagem institucional [...]”. No entanto esses eventos não estarão sendo realizados com base nas necessidades dos criadores desses produtos culturais e, sim, visa à realização desses eventos no sentido de viabilizar economicamente e extrair ao máximo os resultados esperados.

Nesse sentido Gruman (2008, p. 7-8) aponta que “[...] a lógica mercadológica despolitiza a discussão, pois se aceita o consumo como categoria última para medir a relevância dos produtos culturais”.

Os países latino-americanos mostraram um crescimento bastante distorcido entre produção e consumo cultural [...] a exemplo da música: vemos surgir vários grupos, “produtos criados” para consumo rápido, sofrem exposição exaustiva na mídia, trazem modismos com suas roupas e danças especialmente criadas pelo *marketing* para este fim. Como dizem, “viram uma febre” e, como tal, desaparecem como se nunca tivessem existido [...] (FERREIRA, 2006, p. 18-19) **grifo do autor**.

Verificam-se ações realizadas em outros países que procuram o equilíbrio entre os pontos positivos e negativos destes objetivos. Segundo Botelho (2001, p. 17), esses países “[...] criam associações especificamente para o desenvolvimento de um mecenato empresarial responsável, visando o estabelecimento de uma relação entre patrocinador e patrocinado que ultrapasse aquelas de natureza comercial”.

Existe ainda outra forma de financiamento à cultura, não estatal, apontada pela Fundação Getúlio Vargas (2010, p. 39) como sendo “As fundações e organizações empresariais. [...] elas são, geralmente, administradas por especialistas, o que lhes assegura uma visão da produção cultural mais profissional e menos condicionada”.

O financiamento da cultura no Brasil [...] se dá por dois mecanismos, o incentivo fiscal [...] e os recursos orçamentários, nos quais estão inseridos os recursos destinados ao Fundo Nacional de Cultura”. O incentivo fiscal “[...] faculta às pessoas físicas e jurídicas a opção pela aplicação de parcelas de impostos” (BARBOSA DA SILVA, 2007, p. 30). Os recursos orçamentários são “[...] administrados por um órgão colegiado próprio, para apoiar atividades

culturais que se institucionalizam e atuam com relativa autonomia” (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2010, p. 32).

Os bancos oficiais brasileiros possuem significativa importância no apoio a centros de cultura e a inúmeras iniciativas e projetos culturais (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2010, p. 33).

## 2.2 Redes, Desenvolvimento e Cultura

Observa-se na cultura e nas suas possibilidades de articulação, a participação social como motivadora do senso de responsabilidade no desenvolvimento local. Por meio dessas relações de articulações, pode-se exemplificar o conceito de redes.

A ênfase na participação [...] ressignifica a prática do desenvolvimento que [...] passa a ser concebida coletivamente, dependendo assim de um processo de responsabilização dos diferentes atores sociais. Essa responsabilização coletiva transforma o desenvolvimento em um processo político, envolvendo escolhas e decisões que só podem ser feitas a partir de uma articulação entre o local e o global, entre o indivíduo e o coletivo e entre as diferentes esferas sociais (Estado, mercado e sociedade civil organizada). É nesse contexto que se destacam as redes como elementos essenciais na promoção do desenvolvimento na atualidade (ANDION, 2003, p. 1046).

Pode-se tipificar o conceito de redes conforme Pecqueur (2000) *apud* Andion (2003, p. 1048) como sendo “[...] as redes institucionais (entre grupos formais)”, e “[...] as redes informais (familiares, profissionais ou de concertação)”. Nas propostas sugeridas para o município de Concórdia, abordaram-se exemplos dessas articulações por meio de “[...] ações planejadas e organizadas em conjunto com clubes de serviço, associações e empresas” (E17).

Entre as possibilidades de articulação observa-se a proximidade entre a cultura e a educação. Para Thiry-Cherques (2001) *apud* Salvo (2003, p. 78), “A educação é o elemento transmissor, não só do conhecimento, mas também dos valores e, ao transmiti-los, assume a enorme responsabilidade de sustentar as bases de nossa identidade cultural [...]”. Segundo Salvo (2003, p. 78), nas diversas disciplinas do currículo escolar “Pode-se ensinar [...] com a ajuda de vídeos, artes cênicas, artes plásticas e outras formas de expressão cultural”. Como se expressou E11, “[...] aprende-se cantando (música), rindo (teatro)”. Na relação da cultura e desenvolvimento, E8 aponta que não há crescimento efetivo, sem a base da educação enquanto conhecimento e a cultura enquanto organização social.



No contexto econômico “[...] a cultura, progressivamente, vem se transformando num dos segmentos mais dinâmicos das economias de todos os países, gerando trabalho e riqueza”. (ASSOCIAÇÃO CULTURAL ALQUIMÍDIA, 2009, p. 2). Conforme expresso no Plano Nacional de Cultura, a cultura propicia o desenvolvimento por meio da prestação de serviços, do comércio, gerando trabalho e renda, nunca se esquecendo da diversidade da cultura, do desenvolvimento sustentável e do nivelamento das desigualdades (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2009, p. 62). Nesse aspecto E9 aponta a cultura como “[...] o início do círculo do consumo”, sendo que os eventos culturais atraem o público que movimenta o comércio local. Entre os destaques no município de Concórdia E5 lembra que “[...] as bandas empregam muita gente”. Nesse sentido a “[...] cultura pode ser um fator de propulsão ou de resistência ao crescimento econômico. “Os hábitos de poupar ou de consumir podem condicionar o dinamismo econômico de uma região, de um país” (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2010, p. 27).

Além do enfoque econômico, a cultura manifesta “[...] várias formas de expressão e conhecimento, o uso de linguagens diversificadas e a promoção das formas de cultura que permitam avançar tanto em termos de arte quanto de qualidade de vida [...]” (BOTELHO, 2001, p. 11). Nesse sentido pode-se coordenar um “[...] conjunto de intervenções realizadas pelo Estado, as instituições civis e os grupos comunitários organizados a fim de orientar o desenvolvimento simbólico [...]” (CANCLINI, 1997, *apud* FERREIRA, 2006, p. 24).

Essa participação popular no movimento cultural é essencial, pois “Quase sempre são os militantes da área cultural [...] os únicos a defender a ideia de que a cultura perpassa obrigatoriamente todos os aspectos da vida da sociedade e de que, sem ela, os planos de desenvolvimento sempre serão incompletos” (BOTELHO, 2001, p. 8). A cultura, como área importante para o desenvolvimento da sociedade, “[...] passa a ser vista de uma forma mais ampla, como um processo complexo [...] ela passa a ser um elemento fundamental da atividade de governos e um fator decisivo de progresso social” (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2009, p. 147).

### **2.3 Gestão, Gestores e Grupos Culturais**

A atuação do Estado busca fortalecer a gestão das políticas públicas para a cultura, estimular a diversificação dos mecanismos de financiamento para a cultura, ampliar e descentralizar os investimentos em produção, a difusão e fruição cultural. Busca ainda

fortalecer o Fundo Nacional de Cultura como mecanismo central de fomento, aprimorar o mecanismo de incentivo fiscal, sistematizar instrumentos jurídicos e normativos, instituir e aprimorar os marcos regulatórios, fortalecer a gestão pública dos direitos autorais, a promoção de maior articulação das políticas públicas de cultura com as de outras áreas, a consolidação e implantação do Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC) e busca a extensão do território de atuação através da dinamização das políticas de intercâmbio e difusão da cultura brasileira no exterior (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2009, p. 26-29).

Na gestão da cultura, identificam-se as figuras de gestores culturais, produtores culturais e ainda gestores públicos de cultura. O “[...] gestor cultural é o profissional que administra grupos e instituições culturais, [...] O produtor cultural cria e administra diretamente eventos e projetos culturais, [...]” (AVELAR, 2008, *apud* FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2010, p. 49-50). Apesar das diferenças, o gestor e o produtor devem ser profissionais capazes de

[...] elaborar projetos; captar recursos; dominar o uso das leis de incentivo à cultura; estar atentos às questões legais e jurídicas – tais como o direito cultural; estar atentos às características e ferramentas de *marketing*; conhecer as limitações da burocracia; conhecer os fundamentos do planejamento e do orçamento; dinamizar os fazeres culturais; conjugar os fazeres culturais com os diversos interesses em jogo; potencializar os fazeres culturais como fatores de desenvolvimento socioeconômico (AVELAR, 2008, *apud* FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2010, p. 51).

No meio cultural existe ainda a figura do gestor público de cultura que é um administrador da cultura. Em momentos ele cria e implementa políticas, em outros, gerencia a cultura e a operacionaliza em seu dia a dia (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2010, p. 52).

Em análise sobre o perfil adequado para exercer as funções na área da administração cultural, verifica-se que

Muitos gestores culturais são administradores, [...]. Outros não têm a sensibilidade ajustada para lidar com as manifestações culturais [...]. E ainda há aqueles que, sensíveis ao fenômeno cultural, não conhecem adequadamente os métodos e as técnicas administrativas. Em resumo, na arena cultural, o grande desafio é a reunião dessas características em um só gestor (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2010, p.55).

Como ferramentas de gestão, verifica-se a importância do planejamento estratégico para garantir ações eficientes e “Trata-se de um instrumento de gerenciamento que, como qualquer outro, tem um único propósito: tornar o trabalho de uma organização mais eficiente” (PFEIFFER, 2000, *apud* FONTENELE, 2007, p. 3). Sobre esse conceito, Motta (2004, *apud*

FONTENELE, 2007, p. 3) aponta que “[...] o planejamento estratégico é uma forma de aprendizado. É por meio do exercício de planejar que se aprende sobre as demandas e necessidades externas e sobre a capacidade de resposta da administração municipal”.

Para atender essas necessidades externas de forma a atender inicialmente o que se considera mais relevante, Botelho (2001, p. 15) afirma que “[...] é através da formulação de uma política cultural que se poderá hierarquizar as prioridades [...]”. Quando, através do planejamento pautado sob o princípio da democracia, os gestores públicos deliberam suas ações, Fontenele (2007, p. 10) considera que “[...] como decisões políticas, os componentes de uma estratégia configuram as escolhas de uma sociedade [...]”. O planejamento estratégico em nível municipal “[...] é a percepção da cidade como um ator social que vive em função da conjunção dos interesses locais e dos condicionantes globais” (LOPES, 1998, *apud* FONTENELE, 2007, p. 2).

Por final percebe-se uma gestão pouco perceptível em termos conceituais, mas de grande presença prática que pode ser tratada de cultura auto-gerida. Conforme a Fundação Getúlio Vargas (2010, p. 45) tratam-se das

[...] inúmeras festas de padroeiros e os mais diversos festivais e celebrações [...] são manifestações auto-sustentadas e nascem das raízes comunitárias porque são expressão do patrimônio cultural. [...] As festividades populares, em geral, não fazem parte da política pública e, quando o fazem, integram o setor de turismo.

## **2.4 Políticas Culturais no Brasil e em Santa Catarina**

A história das políticas culturais no Brasil é distinta em cada regime político. O período considerado como do Descobrimento do Brasil até a vinda da Família Real é marcado por ações que foram contra as culturas existentes até então. Era proibido imprimir e circular livros e jornais, ter universidades, sendo que a primeira universidade no Brasil foi implantada somente no século XX. A intervenção da Família Real na cultura brasileira procurou anular a cultura dos povos locais (RUBIN, 2009).

A realização da Semana de Arte Moderna de 1922 foi um grande marco para a cultura brasileira. “O movimento modernista que surge com a Semana de 22 [...] representava uma busca pela autenticidade do que é brasileiro, através das raízes nacionais” (OLIVEN, 2001, *apud* PIMENTEL DOS SANTOS, 2009, p. 1).

Na década de 20 “[...] os artistas modernistas eram financiados por famílias burguesas, que utilizavam as obras para a decoração de suas mansões (PIMENTEL DOS SANTOS,

2009, p. 5). Na década de 30, atuando no departamento de cultura do Estado de São Paulo, Mário de Andrade firmou um acordo com a FORD, adaptou um caminhão e levou a biblioteca para os bairros populares. Mário de Andrade patrocinou viagens de equipes multidisciplinares que iam para outras regiões conhecer e recolher materiais de cultura popular, que foram arquivadas no seu acervo (RUBIN, 2009). “Nos anos 40, a preocupação voltava-se para a criação de instituições artísticas internacionalizadas” (PIMENTEL DOS SANTOS, 2009, p. 5).

Aos poucos a cultura caminhou para ter órgãos próprios de gestão. “Em 1953, o Ministério da Educação e Saúde Pública é desmembrado, com a criação do Ministério da Saúde. A área cultural, no entanto, permanece vinculada à educacional e surge, então, o Ministério da Educação e Cultura” (PIMENTEL DOS SANTOS, 2009, p. 5).

Durante o período do autoritarismo foram criadas diversas instituições, práticas e legislações no campo da cultura (RUBIN, 2009). Alguns aspectos apontam como a cultura pode ser utilizada, visando construir o sentido da nacionalidade.

A atuação do Estado no campo cultural, em regimes políticos autoritários como o foram o Estado Novo e o regime militar pós-64, visa instrumentalizá-la, domesticar seu caráter crítico como meio para a conformação de um imaginário de nacionalidade (GRUMAN, 2008, p. 8).

No período em que a ditadura já passa a ser menos violenta, entre os destaques e ações culturais que abrangem além da esfera federal, nos anos de “[...] 1976 a 1979, [...] pela primeira vez o país terá um Plano Nacional de Cultura e importantes instituições são criadas” (CAMPOS, 2009, p. 26).

No ano de 1985 o Ministério da Educação e Cultura é dividido. A área cultural passou a ser tratada com objetivos comerciais (ASSOCIAÇÃO CULTURAL ALQUIMÍDIA, 2009, p. 4).

De 1985 a 1994 a gestão da cultura brasileira foi instável. O governo Collor durante seus dois anos de mandato, não só acabou com o Ministério da Cultura, transformando-o em secretaria, como acabou com diversas instituições. (RUBIN, 2009). Ao analisar a descontinuidade dos gestores do Ministério da Cultura desde o governo Sarney até o de Itamar (1985-1994), ao total estiveram “[...] como responsáveis principais oito ministros e dois secretários, configurando uma média de permanência, na função, de um ano” (RUBIN, 2007, *apud* PIMENTEL DOS SANTOS, 2009, p. 14).

Portanto continuidade não é sinal de resultados. “Na gestão Fernando Henrique Cardoso, [...] Francisco Weffort permanece durante oito anos e o marco desta quase uma década à frente da cultura nacional é a publicação de luxuoso livro, pelo ministério, intitulado “Cultura é um bom negócio” (CAMPOS, 2009, p. 29). Nesse período buscou-se fortalecer as leis de incentivo tornando-as exclusivas financiadoras da cultura. Resume unicamente nessas leis o que é tratado como financiamento e até a própria política pública de cultura (RUBIN, 2009). Analisando os projetos aprovados pelas Leis Federais de incentivo entre 1996 a 2001, “[...] dos 21.333 projetos apresentados, 80% foram aprovados e, desses, apenas 30% conseguiram captação”. Entre 1996 a 2002, “[...] os recursos incentivados concentram-se na região Sudeste” (BARBOSA DA SILVA, 2007, p. 32-33). Em análise à questão do orçamento, “[...] em 2002, [...] o orçamento da União para a Cultura representava apenas 0,14% do total [...]” (PIMENTEL DOS SANTOS, 2009, p. 13).

No primeiro governo de Lula, “[...] a atuação do Ministério da Cultura é pautada pela pluralização da questão identitária” (BARBALHO, 2007, *apud* GRUMAN, 2008, p. 13).

O governo Lula propõe-se a alcançar importantes metas na área cultural: [...], a construção de uma política cultural de envergadura nacional e, finalmente, a democratização cultural. [...] com a revisão da função do Estado na área e a criação de um sistema efetivamente nacional de cultura [...] (BARBOSA DA SILVA, 2007, p. 49).

A permanência de Gilberto Gil de 2003 a 2008 e, posteriormente, a nomeação de Juca Ferreira como ministro da cultura, trouxe credibilidade representando o sentido de continuidade dos trabalhos para que as políticas culturais sejam executadas como políticas de Estado (PIMENTEL DOS SANTOS, 2009 p. 15).

A mudança e o gosto de novidade experimentado pelas cidades e estados do país, no campo das políticas culturais com o governo Lula, traça um marco divisor na história brasileira. [...] Os encontros nacionais, editais, os vários programas de cultura viabilizando frentes de trabalho nas linguagens artísticas, os debates regionais e seminários, a conferência nacional de cultura, [...] e por fim, as múltiplas ações do Ministério da Cultura entre parcerias e medidas transversais, com traço de participação e cooperação singular de vários atores sociais, sociedade civil e demais membros da união, estados e municípios (CAMPOS, 2009, p. 30).

O Sistema Nacional de Cultura e o Plano Nacional de Cultura visam proporcionar estabilidades para as políticas culturais, pois buscam institucionalizar e implantar políticas de Estado, determinando metas e objetivos em longo prazo que possam transcender governos

(RUBIN, 2009). Ressalta-se a importância desse planejamento segundo E8, sendo que “[...] é necessário tempo para se formar talentos, e mesmo os “hábitos culturais”. Sobre o Sistema Nacional de Cultura, E1 acredita que a institucionalização, desde que alcance seus objetivos, será viável. A estrutura administrativa sem eficiência e efetividade não trará resultados. E15 também completa essa visão e enfatiza que, na execução das políticas “[...] se não há sensibilidade entre as partes, [...] não há parceria que resulte em desenvolvimento”.

Outros exemplos das ações dos debates da cultura são os Sistemas Setoriais de Cultura que se reúnem e debatem assuntos específicos à suas áreas de atuação (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2010).

Entre os desafios impostos à área cultural está a reforma das leis de incentivo. “[...] os profissionais da área artístico-cultural são obrigados a se improvisar em especialistas em *marketing*, tendo de dominar uma lógica que pouco tem a ver com a da criação. [...] de acordo com o que se crê que irá interessar a uma ou mais empresas” (BOTELHO, 2001, p. 16). A partir do momento em que a isenção fiscal chegou ao patamar de 100% com a Lei do Audiovisual, a lei de incentivo já não poderia nem ser chamada desta forma, pois de incentivo não tem nada! É puramente dinheiro público [...] (RUBIN, 2009). “[...] ao bancar integralmente a conta com recursos públicos, o Ministério da Cultura faz de conta que há investimento privado, [...] pervertendo a relação cultura-empresa e não atendendo a qualquer política cultural pública (YACOFF SARKOVAS, 1998, *apud* GRUMAN, 2008, p.12)”. As leis de incentivo acentuaram o financiamento das políticas de eventos “[...] e tem limites claros no que tange à descontinuidade e às dificuldades na orientação da demanda” (BARBOSA DA SILVA, 2007, p. 19).

Entre as soluções apresentadas para que as leis de incentivos sejam reformadas, Gruman (2008, p. 12-13) aponta “[...] o restabelecimento do princípio da dedução fiscal parcial, [...]. Os projetos culturais relevantes que não despertam o interesse dos patrocinadores poderão recorrer, por exemplo, a fundos públicos [...]”. O autor cita ainda exemplos como “[...] oferecer maiores vantagens fiscais para aquelas empresas que invistam em áreas com pouco apelo comercial, [...], ou em regiões pouco desenvolvidas economicamente e, por consequência, invisíveis aos olhos do mercado”.

Como forma de contraponto a esse modelo de financiamento, tramita no Congresso Nacional a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 150, que elevaria o orçamento da Cultura a, pelo menos, 2% das receitas de impostos federais. Os estados e o Distrito Federal seriam obrigados a gastar 1,5% das receitas na cultura, e os municípios, 1% de suas receitas. A União deveria ainda dividir 50% dos seus

recursos culturais entre os estados e os municípios (PIMENTEL DOS SANTOS, 2009, p. 14-15).

Registros sobre a estrutura administrativa da cultura em Santa Catarina relatam a criação do Conselho Estadual de Cultura no ano de 1961 e a criação da Fundação Catarinense de Cultura (FCC) em 1979. Atualmente a Secretaria de Estado do Turismo, Cultura e Esporte, tem executado as políticas culturais junto à Fundação Catarinense de Cultura. Observam-se a existência de dois sistemas setoriais de cultura, o Sistema Estadual de Museus e o Sistema Estadual de Bibliotecas (LACERDA, 2009, p. 12).

## **2.5 Estudo de caso: a cultura no município de Concórdia (SC)**

Ressalta-se a importância deste estudo no município de Concórdia (SC), pois com o “[...] amadurecimento recente na organização da cultura, no âmbito federal, o desafio passa a ser o fortalecimento da cultura no âmbito local, uma vez que nos estados e municípios a situação é mais grave”. Segundo o autor, os principais problemas são “[...] processos de descontinuidade, o que reforça a importância [...], na busca de fortalecer as instituições e criar diretrizes para a área cultural”. Essas diretrizes, elaboradas por processos democráticos, valorizam a identidade cultural da região (PIMENTEL DOS SANTOS, 2009, p. 15).

## **2.6 Contexto de Concórdia**

Concórdia localiza-se no Alto Uruguai Catarinense, no Oeste de Santa Catarina. Possui população de 67.249 habitantes e destes, 52.387 compreendem a população urbana e 14.862, a população rural. O município possui taxa de alfabetização de 97,07%. No índice de desenvolvimento na Educação Básica, Concórdia apresenta-se na 14ª posição entre 293 municípios do Estado de Santa Catarina. O município tem um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) que o coloca na 38ª posição no Brasil e em 11ª no índice do Estado. Já para o Índice de Desenvolvimento Social (IDS), Concórdia ocupa a 12ª colocação. Em 2007, Concórdia ocupava a 17ª posição na economia catarinense. A atividade agroindustrial, por meio das agroindústrias familiares e do sistema de integração movimenta entre 60 a 70% a economia do município (PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, 2009).

Concórdia foi inicialmente habitada pelos índios Tupis (PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, 1984). Os primeiros povos do Alto Uruguai Catarinense foram os “[...]”

grupos nativos, sobretudo, *coroados caingangues e botocudos choclengues* [...]”. A colonização desta região ocorreu pela “frente de colonização alemã e italiana, proveniente do Rio Grande do Sul [...] com a construção da Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande e sucessiva demarcação de terras por companhias particulares de colonização [...]” (COMASSETTO, 2009, p. 95) **grifo do autor**. Somam 65,5% dos entrevistados os que observaram que a cultura local caracteriza-se principalmente pela população alemã e italiana.

Concórdia é conhecida como a “Capital do Trabalho”, devido às tradições dos antepassados que colonizaram o município por meio do trabalho (PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, 1984, p. 2-4).

## 2.7 Políticas, Programas e Projetos Culturais em Concórdia de 2001 a 2010

Para esta análise, considerou-se relevante o período compreendido entre 2001 até os dias atuais, pois representa o período em que a base do governo está frente aos trabalhos da prefeitura municipal. Foram consideradas as principais políticas, programas e ações implantadas e mantidas e as realizadas eventualmente durante esse período podem não estar relatadas neste estudo.

Para apresentar as políticas do Programa de Difusão Cultural da Fundação Municipal de Cultura (FMC), foi elaborado um quadro que relata as principais atividades desenvolvidas.

Continua

| PROGRAMA DE DIFUSÃO CULTURAL DA FMC   |
|---|
| <b>PROJETOS</b>   |
| <b>Projeto: Quinta Maior</b>  |
| <b>Características:</b> Valoriza os grupos e artistas locais e regionais, disponibilizando o Teatro da FMC e apoiando a divulgação dos eventos. <b>Periodicidade:</b> Uma quinta-feira por mês.   |
| <b>Projeto: Circulando Por Aqui</b>   |
| <b>Características:</b> Descentraliza as atividades das oficinas da FMC por meio de atividades nas comunidades escolares da cidade e do interior do município. <b>Periodicidade:</b> Uma tarde por mês.   |
| <b>Projeto: Hora do Conto</b>   |
| <b>Características:</b> Estimula a leitura por meio de parcerias com a Biblioteca Pública Municipal e escolas da rede de ensino. São convidados alunos das escolas para encontros diários na biblioteca. <b>Periodicidade:</b> Depende do agendamento com as escolas. |
| <b>Projeto: Tecendo o Riso</b>  |
| <b>Características:</b> Oportuniza aos grupos teatrais de Concórdia condições para realizar seus espetáculos no palco do Teatro da FMC. <b>Periodicidade:</b> Mensal, com edições especiais.  |
| <b>Projeto: Teatro da Terceira Idade</b>  |
| <b>Características:</b> Difunde a prática do teatro com temas relacionados ao resgate da história dos primeiros imigrantes. <b>Periodicidade:</b> Apresentações esporádicas.  |
| <b>AÇÕES</b>  |
| <b>Prêmio Leitor Mais Assíduo</b>   |
| <b>Características:</b> Incentiva a prática da leitura, premiando o leitor que retira maior número de livros durante o ano na Biblioteca Pública Municipal que é mantida pela FMC. <b>Periodicidade:</b> Anual.   |



| <b>EVENTOS</b>   |
|--|
| <b>Evento: Carnaval de Rua Temático</b>  |
| <b>Características:</b> São realizadas 3 noites de carnaval no município: no sábado, no domingo e na terça-feira. Um tema norteia a decoração e as fantasias para os desfiles. Entidades e outros órgãos trabalham em parceria na realização do Evento. <b>Periodicidade:</b> Anual.   |
| <b>Evento: Festival da Canção Canto Livre Municipal e Intermunicipal e/ou Festival Canta Concórdia</b>   |
| <b>Características:</b><br><b>Festival da Canção Canto Livre Municipal e Intermunicipal:</b> Festival de interpretação que envolve a participação de candidatos do município e de todo o território nacional.<br><b>Festival Canta Concórdia:</b> Envolve a participação somente de candidatos residentes no município.<br><b>Periodicidade:</b> Anual. <b>OBS:</b> Somente ocorre um festival por ano, optando-se entre as modalidades. |
| <b>Evento: Festival de Danças Concórdia em Dança</b>   |
| <b>Características:</b> Participam diversos grupos locais, regionais e nacionais. <b>Periodicidade:</b> Anual.   |

Quadro 1: Programa de Difusão Cultural da FMC.

Fonte: O autor.

Algumas ações a partir de 2001 que merecem destaque: a isenção da cobrança de taxas dos alunos das oficinas, o aumento do número de alunos de 240 para 400 no ano de 2003 e a realização do I Fórum de Cultura. No ano de 2006 foi criado o Conselho Municipal de Cultura. Em 2007 foi realizada a I Conferência Municipal de Cultura, tendo a participação de 74 pessoas.

Em 2009 destaca-se o Projeto Tecendo o Riso que foi motivado principalmente pelo histórico que Concórdia tem em relação ao teatro. E9 comprovou essa relação ao comentar que “[...] a mais ou menos 20 anos atrás, Concórdia era vista como uma Metrópole do Teatro. Tínhamos Festival de Teatro anualmente”. E25 citou o livro “História do Teatro em SC, em que há capítulo sobre Concórdia, do autor Jairo Maciel que foi diretor aqui nos anos 1980”. Essa relação vai além do cenário municipal. Citaram-se exemplos da difusão cultural de Concórdia no território estadual e nacional brasileiro. E10 ressaltou as participações de grupos de Concórdia “[...] que realizaram apresentações na cidade de Joinville, no Teatro Bolshoi, arrancando aplausos do público”, e que o evento realizado foi “[...] amplamente divulgado no Jornal Diário Catarinense”. E21 cita a apresentação do Memorial Atílio Fontana no Festival Multicultural de Integração Catarinense - FMIC, no ano de 2009, em Florianópolis. E26 cita “[...] o grupo teatral Cronópios que trouxe para Concórdia vários prêmios nacionais”. Foram relatados também casos de difusão internacional das manifestações do município. E9 destacou que o “No teatro, o Grupo Força Jovem participou do Encontro do Mercosul na Argentina”. E15 lembra que na “[...] década de 90, um grupo de teatro de Concórdia ganhou o Festival Sul-Americano de Teatro, no estado do Paraná”.

Em 2009 também se destacou a realização do 1º Festival de Danças Concórdia em Dança e o curso de regência para coralistas. Foi realizada ainda a II Conferência Municipal de Cultura que contou com a participação de 107 pessoas, sendo 71 participantes da sociedade civil e 11 representantes governamentais. Além das diretrizes elencadas, foram eleitos 2 delegados para representar o município na Conferência Estadual. Em novembro com a realização da II Conferência Estadual de Cultura em Florianópolis (SC), um delegado concordiense foi eleito delegado estadual para representar o Estado na II Conferência Nacional de Cultura.

No Teatro da FMC, por meio de um contrato de concessão, funciona o Cinema. Também se destaca a utilização gratuita de duas salas para a realização dos ensaios da Orquestra Sinfônica de Concórdia e do Coral Santa Cecília. O palco do teatro também é utilizado para realização de ensaios de grupos e artistas e realização de diversos eventos.

Entre as manifestações culturais que se destacaram entre as opiniões dos entrevistados, classificam-se o teatro, com 82,75%; a dança, com 72,4%; a música, com 65,5% e os grupos de corais, com 51,7%.

A legislação de incentivo à cultura no município de Concórdia está vigente da seguinte forma:

| <b>LEGISLAÇÃO DE INCENTIVO À CULTURA NO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA</b> |   |
|--|---|
| <b>LEI/DECRETO/PORTARIA</b>  | <b>CARACTERÍSTICAS</b>  |
| Lei No 3.164, de 22 de Julho de 1999.                              | Dispõe sobre o incentivo fiscal a ser concedido a atividades de caráter cultural ou desportivo.   |
| Decreto No 4.173, de 25 de Outubro de 1999.                        | Regulamenta a Lei 3.164, de 22 de Julho de 1999, que dispõe sobre o incentivo fiscal a ser concedido a atividades de caráter cultural ou desportivo.                          |
| Decreto No 784/2009, de 5 de Outubro de 2009.                      | Dá nova redação ao art. 2º do Decreto Nº 0336/99, de 26 de julho de 1999, que constitui e designa Comissão de Avaliação e Acompanhamento de Projetos Culturais e Desportivos. |

Quadro 2: Legislação de Incentivo à Cultura no Município de Concórdia.

Fonte: O autor.

O apoio financeiro aos grupos e entidades culturais é realizado por meio de convênios. A média anual de recursos aplicados nos convênios no período de 2001 a 2004 foi de R\$ 19.625,00. No período de 2005 a 2008 foi de R\$ 51.125,00. Já em 2009, foram aplicados R\$ 67.030,00 em convênios. Ressalta-se que no balanço geral de 2009 esse valor de R\$ 67.030,00 apresenta-se em R\$ 65.823,43, pois houve devolução de R\$ 1.206,57 de valores não utilizados pelas entidades. Nesse contexto percebe-se um aumento considerável nas aplicações em atividades de associações e grupos culturais no período de 2001 a 2009. Com

base em 2009, quando foram contempladas 19 associações, a média de aplicação de recursos por convênio foi de R\$ 3.527,89, ou de R\$ 3.464,39 descontando o saldo devolvido de R\$ 1.206,57 (PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, ano).

A Prefeitura Municipal de Concórdia também realiza convênios que auxiliam na realização de eventos tradicionais realizados no município, como os convênios auxiliando a realização do Troféu Migrante, Sonho de Natal, Parada Natalina, Troféu Marco Histórico, Festa Nacional do Leitão Assado - FENAL e EXPO-CONCÓRDIA. Esses convênios relacionam-se indiretamente com a área cultural e tratam de ações conjuntas com outras áreas como o turismo. A FMC oferece apoio a esses e demais eventos realizados no município. Destaca-se também a Semana da Consciência Negra, instituída por Lei, valorizando as manifestações afro-descendentes (PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, ano).

Analisando os resultados das ações dos convênios, E7 ressaltou que não há controle sobre esses resultados. Porém, foi observado que os recursos somente são repassados, objetivando cobertura de despesas e à realização de atividades culturais. E9 afirma que existe a avaliação documental que avalia como foram gastos os recursos e comenta ainda a importância em atender as necessidades dos grupos, entidades e artistas culturais, porém exigindo maior participação desses grupos com ações no município. Nesse sentido E7, ressaltou a “[...] necessidade de aprimorar as leis de incentivo à cultura”.

Os recursos destinados para a Fundação Municipal de Cultura nos anos de 2001 e de 2009, observam-se na tabela 1, a seguir:

**Tabela 1 - Recursos Destinados para a Fundação Municipal de Cultura**

| <b>RECEITA ESTIMADA ANUAL</b> |                      |                     |            |
|-------------------------------|----------------------|---------------------|------------|
| ANO                           | PREFEITURA MUNICIPAL | FUNDAÇÃO DE CULTURA | REPRESENTA |
| 2001                          | R\$ 45.029.000,00    | R\$ 450.000,00      | 0,9994%    |
| 2009                          | R\$ 98.780.000,00    | R\$ 887.000,00      | 0,898%     |
| <b>REALIZADO ANUAL</b>        |                      |                     |            |
| 2001                          | R\$ 47.222.975,08    | R\$ 455.700,00      | 0,965%     |
| 2009                          | R\$ 106.596.630,00   | R\$ 759.912,66      | 0,7129%    |

Fonte: O autor.

As leituras das Atas do Conselho Municipal de Cultura apontaram sua tímida atuação durante todos esses anos. Em resumo aos debates do ano de 2006, podem ser somente observadas questões de regimento interno e sobre confecção e divulgação da agenda de eventos culturais. Durante o ano de 2007, as discussões voltaram-se às possíveis ações que o conselho poderia exercer junto à comunidade e à realização da I Conferência Municipal de Cultura que trouxe várias propostas para a cultura. Na Ata da realização da I Conferência

registraram-se em síntese, as seguintes propostas: destinação de 1% dos recursos da arrecadação municipal exclusivamente para projetos culturais, formação para profissionais relacionados à cultura, ampliação e melhorias nos espaços físicos da Fundação Municipal de Cultura, reforma da Lei Municipal de Incentivo à Cultura com a definição de porcentagem de impostos destinados a serem aplicados em projetos culturais e a efetivação de convênios para repasse de recursos para entidades culturais, condicionando contrapartidas como produtos culturais para a comunidade.

Em 2008 e 2009, vários foram os temas abordados nas reuniões do Conselho e nesse sentido podem-se notar avanços na atuação do Conselho Municipal de Cultura. Em 2009 com a realização da II Conferência Municipal de Cultura, os debates e as diretrizes aprovadas demonstraram a importância da cultura local. Percebeu-se o interesse que existe por grupos e artistas para que as políticas culturais possam desenvolver-se cada vez mais, proporcionando por meio dessas políticas o desenvolvimento do município.

O município de Concórdia está privilegiado por ter desde o ano de 2006 o Conselho Municipal de Cultura instituído, pois nos dados do IBGE (2007), somente “17% dos municípios brasileiros têm Conselhos Municipais de Cultura e 13,3% Conselhos Municipais de Preservação do Patrimônio Cultural”.

Referente aos assuntos pertinentes ao patrimônio histórico, artístico e natural, o município de Concórdia conta desde o ano de 1984 com os trabalhos do Serviço do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural do Município (SPHAM). Ao Serviço do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural do Município está ligada a Comissão Técnica do Serviço do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural do Município de Concórdia (COTHESPAM), responsável em assessorar o Poder Executivo Municipal nos assuntos pertinentes ao patrimônio histórico, artístico e natural do município. Os bens tombados desde a criação do SPHAM até os dias atuais são duas árvores (Acácia Tipuana) existentes na Praça Dogelo Goss, uma casa de propriedade da Sociedade Porvir Científico, um árvore de angico, um colégio, o Colégio Estadual Deodoro, um bosque, as quatro fachadas do prédio da antiga Prefeitura Municipal, uma Capela de madeira da localidade de Pinheiro Preto, uma casa em estilo Germânico e um cemitério caboclo. Notou-se que o SPHAM poderia ser mais atuante. Para o entrevistado E1, “Muita coisa está sendo demolida, ainda estaria em tempo de preservar”. E11 comentou que “[...] a casa em estilo germânico instituída como patrimônio público na localidade de Terra Vermelha, não está mais no local e que provavelmente tenha sido demolida”.

Entre os entrevistados, coincidem as manifestações sobre o teatro, a dança, os corais, a Orquestra Sinfônica, as festas alemãs e italianas, o Caminho do Engenho e as bandas da região. E1 ressalta ainda que “A administração pública de Concórdia tem bons conceitos perante a sociedade local, estadual e nacional e o povo é visto como um povo trabalhador.

Porém, na área cultural foram encontradas algumas contradições a esses conceitos da administração pública municipal. “Não há objetivo comum entre as frentes culturais” (E24). “Creio faltar um processo cultural norteado por políticas produzidas coletivamente e que se efetivem ininterruptamente” (E25). Segundo E17 e E24, “Falta divulgação”. Essas críticas podem atentar sobre alguns fatores da gestão da cultura no município, pois não necessariamente faltam processos culturais produzidos coletivamente. Nesse sentido pode ser verificados como os conceitos de rede anteriormente abordados, poderiam ser aplicados na gestão da cultura no município de Concórdia, visando melhorar a comunicação e a participação entre governo e sociedade.

Ainda nos aspectos da gestão, E11 aborda a “[...] necessidade de promover o planejamento imediato e de longo prazo para as ações culturais no município”. Verificou-se que o enfoque do desenvolvimento social é a principal importância das ações realizadas pela cultura no município. Este entrevistado faz crítica à visão de desenvolvimento econômico da cultura, “[...] pois muitas vezes eles pagam para apresentar sua cultura” (E9). Talvez essa percepção dos resultados sociais seja mais visível, pois E8 observa que a cultura é “[...] integrante do desenvolvimento social, é inconcebível, qualquer tipo de sociedade que não vivencie sua cultura”. Por final, E6 comenta que “[...] a briga é grande. O governo é bom [...] é do povo! Precisa deixar a cultura acontecer [...] para o povo [...]”.

### **3 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Entre os principais resultados desta pesquisa, pode-se destacar no contexto histórico brasileiro, quando não a ausência, a deficiência na articulação dos objetivos dos governos federal, estadual e municipal na gestão da cultura. Acima de tudo, não foram encontradas na literatura, muitos dados que poderiam ter enriquecido a análise do Estado de Santa Catarina neste estudo. Talvez esses dados existam, mas não foram encontrados. Os dados citados a nível estadual foram principalmente obtidos durante a realização da II Conferência Estadual de Cultura. A deficiência na gestão da cultura ressalta-se na esfera municipal, pois que em muitos municípios brasileiros, os órgãos específicos de gestão da cultura ainda não foram

criados e nos municípios em que já foram instituíram esses órgãos, as maiores partes das ações executam-se por meio da política de eventos.

Entre as diversas áreas que necessitam ter suas políticas reformadas, estão as políticas de incentivo à cultura no Brasil, pois a transferência da decisão sobre os investimentos na cultura para o setor privado, proporcionado pelas leis de incentivo fiscal, atende a interesses privados com a utilização de dinheiro público. Já para o município de Concórdia, as leis de incentivo fiscal não estão sendo executadas efetivamente, pois não foram identificados, por meio das entrevistas, casos desse tipo de financiamento. Caso algum projeto tenha sido aprovado por esse mecanismo, não foi possível tomar esse conhecimento. Porém, existe apoio aos grupos culturais por meio dos convênios. Mas ressaltou-se que essa modalidade exclui os artistas que não fazem parte de associações, pois para receber os recursos e executar as ações, é estritamente necessário que os artistas façam parte de uma entidade legalmente constituída.

A literatura apresentada abordou diversas características peculiares necessárias para a execução das políticas públicas de cultura e do perfil dos profissionais para a gestão dessas políticas. A necessidade de que essas características sejam incluídas e executadas nas políticas públicas de cultura, demonstrou-se mais ainda, quando essas peculiaridades foram identificadas neste estudo de caso, nas respostas das entrevistas. É estritamente necessário que essas características sejam conhecidas pelos gestores públicos de cultura, pelos grupos e artistas culturais e disseminadas por meio das políticas culturais.

Entre as características teóricas abordadas que poderiam ser implantadas na gestão cultural no município de Concórdia, estão os conceitos de redes. Vários aspectos das entrevistas apontam que algumas ações realizadas não chegam ao conhecimento dos entrevistados, inclusive os que fazem parte de grupos culturais. Em confronto com essa análise, ressalta-se, porém, que os eventos e ações da Fundação Municipal de Cultura são divulgados por meio de panfletos, jornais impressos e nas emissoras de rádio locais e que essa publicidade não é tão deficiente assim. Esse aspecto pode remeter à necessidade de melhorar o diálogo do poder público com os grupos culturais, fortalecendo essas relações, favorecendo a articulação com os cidadãos que fazem parte diretamente das manifestações culturais locais, favorecendo na identificação das suas necessidades, criando condições para o desenvolvimento dessas manifestações por meio dos conceitos de redes apresentados, visando proporcionar ações conjuntas entre governo, cidadãos e diversos setores públicos e privados, para que os resultados dessas ações culturais favoreçam o desenvolvimento social e econômico local.

Essa crítica, no entanto, não se direciona somente para o setor público. Para que as ações se fortaleçam por meio do conceito de redes, os grupos e artistas culturais devem ser recíprocos a essa gestão compartilhada, demonstrando interesse pela causa cultural, como exemplo, na participação no Conselho Municipal de Cultura. Faz-se essa crítica à sociedade, pois alguns entrevistados que atuam diretamente com a cultura não souberam responder algumas questões básicas do cotidiano da gestão pública na área da cultura, como nas perguntas, que buscavam investigar quais incentivos a Fundação de Cultura oferece às entidades culturais. Mesmo que esse incentivo não seja realizado da forma com que todos os grupos e artistas gostariam, ao menos o que é proporcionado deveria ser do conhecimento entre os atuantes na área. A pouca informação pode ser resultado dessa deficiência na comunicação direta entre poder público e grupos culturais, ou ainda da deficiência na publicidade das ações do poder público, ou ainda, reflexo do pouco interesse na participação e na busca dessas informações por parte dos entrevistados.

Entre os objetivos pretendidos com este estudo, ou seja, apontar características dos movimentos culturais do município de Concórdia e verificar a compatibilidade de seus objetivos e metas em relação ao Plano Nacional de Cultura pode-se afirmar que essa relação deve ser observada em sentido inverso. As características de um determinado grupo não devem ser avaliadas quanto ao que rege o Plano Nacional de Cultura, pois são características de um grupo específico. Nas características dos diversos grupos existentes identificam-se as diversidades culturais. Caso essas características não estão inseridas no Plano Nacional de Cultura, elas deverão então ser incluídas.

Todas essas reflexões, juntamente com os amplos conceitos de cultura e os demais temas abordados, evidenciam a intensa importância que a cultura tem nas diversas áreas da sociedade. A cultura sendo vista não somente como realização de eventos e, sim, tratada como os hábitos e costumes de um povo, admite-se que não há dúvidas da importância da cultura para o desenvolvimento da nação, de um povo em seu território, inclusive entre os diversos aspectos dos conceitos de desenvolvimento.

O território local é cada vez mais responsável pelo seu próprio desenvolvimento e da valorização da sua diversidade cultural local. Para que o município possa progredir zelando pelos bons relacionamentos entre seu povo, pela busca da qualidade de vida, o contexto cultural é cada vez mais importante.

No contexto estado e sociedade a necessidade da valorização do cenário cultural também é evidente. A própria administração pública está passando por mudanças que acima de tudo são mudanças culturais, como exemplo, na forma da cultura organizacional.

No contexto cultural local, nacional ou ainda mundial, a preservação da diversidade, das múltiplas expressões, do relacionamento saudável entre a sociedade, de uma nação com outra nação respeitando suas manifestações e territórios, a valorização e o sentido de zelar pelo desenvolvimento sustentável, por bons hábitos de consumo, pela preservação ambiental, pelo respeito entre os cidadãos, pela democracia, enfim, zelar pelos aspectos culturais que proporcionariam sem dúvida o desenvolvimento da nação, deixa o sentido do valor que a cultura tem para seu povo.

Por final, mesmo que o fator político partidário interfira nos depoimentos dos entrevistados que representam situação e oposição ao governo, em que, às vezes, ocorrem críticas não sobre políticas, mas sobre questões partidárias, isso não deve ser levado como barreira para a realização dos debates e das pesquisas. Mas sim, deve-se incentivar a prática desses debates, no sentido de ouvir o povo e, sobretudo, não somente ouvir o que a população quer, mas descobrir as reais necessidades dos cidadãos e desenvolver mecanismos de gestão que proporcionem o desenvolvimento.

## REFERÊNCIAS

ANDION. Carolina. **Análise de redes e desenvolvimento local sustentável**. Disponível em: <[http://www.ebape.fgv.br/comum/asp/act\\_download.asp?arq\\_download=Andion.pdf](http://www.ebape.fgv.br/comum/asp/act_download.asp?arq_download=Andion.pdf)> Acesso em 26 de abril de 2010.

ASSOCIAÇÃO CULTURAL ALQUIMÍDIA. **Texto base Conferência Nacional de Cultura**. Disponível em: <<http://www.alquimidia.org/fcc/baixar.php?nomearq=2009081809TextoBase.pdf&arquivo=arquivosSGC/2009081809Texto-Base.pdf>> Acesso em 04 de dezembro de 2009.

BARBOSA DA SILVA. Frederico A. Brasil. **Política cultural no Brasil, 2002-2006: acompanhamento e análise**. 2. v. Brasília. Ministério da Cultura, 2007. 220 p.

BOTELHO. Isaura. **As dimensões da cultura e o lugar das políticas públicas**. <<http://www.centrodametropole.org.br/pdf/Isaura.pdf>> Acesso em: 02/01/2010.



CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Projeto de Lei Nº 6.835, de 2006.** Aprova o Plano Nacional de Cultura. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/686226.pdf>> Acesso em 25 de abril de 2010.

CAMPOS, Cleise. **Gestão cultural e a capacitação de gestores de cultura:** o caso de São Gonçalo (1993 a 2005). 2009. 121 f. Dissertação (Mestrado em História, na área de concentração em História Social e Política do Brasil, linha de pesquisa: Sociedade, Cultura e Trabalho do Programa de Pós-Graduação) - Universidade Salgado de Oliveira. Niterói. Rio de Janeiro, 2009.

COMASSETTO, Carlos Fernando. A colônia Rio Uruguay e as companhias colonizadoras [1920-50]. In: TEDESCO, João Carlos; HEINSFELD, Adelar. **Colonos, colônias e colonizadores:** aspectos da territorialização agrária no Sul do Brasil. Vol. 2. Erechim: Habilis, 2009. 262 p.

FERREIRA, Luzia Aparecida. **Políticas públicas para a cultura na cidade de São Paulo:** a Secretaria Municipal de Cultura - Teoria e Prática. Disponível em: <[http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27134/tde-28112006-193714/publico/tese\\_lia\\_completa.pdf](http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27134/tde-28112006-193714/publico/tese_lia_completa.pdf)> Acesso em: 30/01/2010.

FONTENELE, Raimundo Eduardo Silveira. **Estratégias de desenvolvimento regional: o caso do planejamento estratégico participativo nas regiões do Vale do Coreau e da Ibiapaba, no Estado do Ceará.** In: XXXI Encontro da ANPAD, 2007, Rio de Janeiro – RJ. **Anais...** ANPAD, 2007.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Nivelamento para as oficinas presenciais.** Disponível em: <<http://fgv.br/fgvonline/minc>> Acesso em: 30 de janeiro de 2010.

\_\_\_\_\_. **Nivelamento para as oficinas presenciais.** Disponível em: <<http://www5.fgv.br/fgvonline/minc/cursos/CPCMCEAD/index2.asp?prod=CPCMCEAD&login=02915217971>> Acesso em 06 de fevereiro de 2010.

GRUMAN, Marcelo. **Políticas públicas e democracia cultural no Brasil.** Disponível em: <<http://www.cult.ufba.br/enecult2008/14100.pdf>> Acesso em 03 de janeiro de 2010.

LACERDA, Eugenio. **O que é Sistema Municipal de Cultura.** Disponível em: <[http://www.alquimidia.org/fcc/baixar.php?nomearq=2009121729CONTEUDO\\_DA\\_CARTILHA\\_O\\_QUE\\_%C9\\_SISTEMA\\_MUNICIPAL\\_DE\\_CULTURA.pdf&arquivo=arquivosSGC/2009121729CONTEUDO\\_DA\\_CARTILHA\\_O\\_QUE\\_%C9\\_SISTEMA\\_MUNICIPAL\\_DE\\_CULTURA.pdf](http://www.alquimidia.org/fcc/baixar.php?nomearq=2009121729CONTEUDO_DA_CARTILHA_O_QUE_%C9_SISTEMA_MUNICIPAL_DE_CULTURA.pdf&arquivo=arquivosSGC/2009121729CONTEUDO_DA_CARTILHA_O_QUE_%C9_SISTEMA_MUNICIPAL_DE_CULTURA.pdf)> Acesso em 04 de janeiro de 2010.

MINISTÉRIO DA CULTURA. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/site/>>. Acesso em 07 de abril de 2010.

\_\_\_\_\_. **Pré-conferências setoriais.** Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/site/2010/03/05/pre-conferencias-setoriais-2/>> Acesso em 13 de abril de 2010.

MISOCZKY, Maria Ceci. **Uma defesa da reflexão teórico-crítica na pesquisa e prática da administração pública.** In: ENCONTRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E

GOVERNANÇA, 1., 2004, Rio de Janeiro. **Anais**. Rio de Janeiro: Anpad, 2004. p. 1-14. CD-ROM.

PIMENTEL dos SANTOS. Fernando Burgos. **Política cultural no Brasil: histórico de retrocessos e avanços institucionais**. Disponível em:  
<[http://www.anpad.org.br/evento.php?acao=trabalho&cod\\_edicao\\_subsecao=506&cod\\_evento\\_edicao=45&cod\\_edicao\\_trabalho=10307](http://www.anpad.org.br/evento.php?acao=trabalho&cod_edicao_subsecao=506&cod_evento_edicao=45&cod_edicao_trabalho=10307)> Acesso em 26 de abril de 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA. **A economia**. Disponível em:  
<<http://www.concordia.sc.gov.br/conteudo/?item=26169&fa=10992>> Acesso em 22/12/2009.

\_\_\_\_\_. Prestação de contas da Fundação Municipal de Cultura. **Arquivo Público Municipal**. 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009.

\_\_\_\_\_. **Concórdia, 50 Anos**. Concórdia, 1984. 22 p.

\_\_\_\_\_. **Dados gerais do município**. Disponível em:  
<<http://www.concordia.sc.gov.br/conteudo/?item=26172&fa=10992>> Acesso em 22/12/2009.

\_\_\_\_\_. **Educação**. Disponível em:  
<<http://www.concordia.sc.gov.br/conteudo/?item=26276&fa=2854&cd=22553>> Acesso em 22-12-2009.

\_\_\_\_\_. **Legislação municipal**. Secretaria Municipal de Administração.

RUBIN. Albino. **Seminário permanente de políticas públicas**. 2009. Disponível em:  
<<http://www.comcultura.com.br/videos/Flash%20MP3%20Player/index2.html>>. Acesso em 08 de abril de 2010.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SALVO. Mauro. **Políticas públicas para a produção cultural: uma abordagem econômica**. **Estudos do CEPE**, Santa Cruz do Sul: Universidade de Santa Cruz do Sul, n.18, p. 63-82, jul./dez. 2003.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2001.